



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
ESTAÇÃO DE BOMBEIROS DE ARARAS
TERMO DE REFERÊNCIA



1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de portões de enrolar (portas de rolo), para o fechamento da garagem das viaturas operacionais do corpo de bombeiros de Araras, conforme condições estabelecidas neste termo a ser instalada no prédio do Corpo de Bombeiros de Araras.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Este Termo de Referência apresenta as condições mínimas para a contratação de serviço de fornecimento de materiais e de mão-de-obra, visando a instalação de 3 (três) Portas de Enrolar Automática com 1(um) portão social, com pintura eletrostática na cor vermelha padrão bombeiro a ser instalada no prédio do Corpo de Bombeiros de Araras.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO SERVIÇOS | QTD. Total m ² | Preço Unitário do m ² | Valor total estimado da Contratação |
|--------------|---|------------------------------|--|---|
| 1 | <p>Porta rolo automatizada (portões de elevação eletrônicos). mod. PTV -02 + rolo Larg. 6680mm altura 3800mm dimensionadas para entrada e saída de viaturas de emergência, ESPECIFICAÇÕES DA PORTA: Lâmina de Aço: Em chapa de aço galvanizada nº 22, (0,85mm) tipo perfilada meia cana modelo PTV-02. Transvision Soleira: Em tubo 60x60 com uma lâmina soldada e extremidades com rebaixo para encaixe guias. Guias e contra guias: Em chapa de aço galvanizada nº 14 (2,00mm) dobrada em forma de "U".Eixo do rolo: Tubo redondo em aço astm 1020 com testeira soldadas nas extremidades. Automatizador AC-600 Kgf 220v bifásico ESPECIFICAÇÕES DO AUTOMATIZADOR: Automatizador: Moto-redutor, 220 volts com freio eletromagnético, sistema de liberação para funcionamento manual em caso de falta de energia elétrica e acionamento através de botoeira de comando com três botões, (Kit controle remoto).</p> <p>Portao social com fehad. Eletrica 12 v. mod. PTV -02 Larg. 1050mm altura 2100mm Todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a instalação completa estão incluídos no objeto.</p> <p>Porta rolo automatizada (portões de elevação eletrônicos). mod. PTV -02 + rolo Larg. 6710mm altura 3800mm dimensionadas para entrada e saída de viaturas de emergência, ESPECIFICAÇÕES DA PORTA: Lâmina de Aço: Em chapa de aço galvanizada nº 22, (0,85mm) tipo perfilada meia cana modelo PTV-02. Transvision Soleira: Em tubo 60x60 com uma lâmina soldada e extremidades com rebaixo para encaixe guias. Guias e contra guias: Em chapa de aço galvanizada nº 14 (2,00mm) dobrada em forma de "U".Eixo do rolo: Tubo redondo em aço astm 1020 com testeira soldadas nas extremidades. Automatizador AC-600 Kgf 220v bifásico ESPECIFICAÇÕES DO AUTOMATIZADOR: Automatizador: Moto-redutor, 220 volts com freio eletromagnético, sistema de liberação para funcionamento manual em caso de falta de energia elétrica e acionamento através de botoeira de comando com três botões, (Kit controle remoto)</p> <p>Todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a instalação completa estão incluídos no objeto.</p> <p>Porta rolo automatizada (portões de elevação eletrônicos). mod. PTV -02 + rolo Larg. 9790mm altura 3800mm dimensionadas para entrada e saída de viaturas de emergência, ESPECIFICAÇÕES DA PORTA: Lâmina de Aço: Em chapa de aço galvanizada nº 22, (0,85mm) tipo perfilada meia cana modelo PTV-02. Transvision Soleira: Em tubo 60x60 com uma lâmina soldada e extremidades com rebaixo para encaixe guias. Guias e contra guias: Em chapa de aço galvanizada nº 14 (2,00mm) dobrada em forma de "U".Eixo do rolo: Tubo redondo em aço astm 1020 com testeira soldadas nas extremidades. Automatizador AC-800 Kgf 220v bifásico ESPECIFICAÇÕES DO AUTOMATIZADOR: Automatizador: Moto-redutor, 220 volts com freio eletromagnético, sistema de liberação para funcionamento manual em caso de falta de energia elétrica e acionamento através de botoeira de comando com três botões, (Kit controle remoto)</p> <p>Todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a instalação completa estão incluídos no objeto.</p> | 88,084 m ² | ***** | ***** |
| Total | | | ***** | **** |

3. DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. O Prazo para execução do serviço é de 90 (noventa) dias apartir da emissão da autorização de fornecimento.



4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Os Elemento que fundamentam a presente contratação constam na Comunicação Interna que formaliza a demanda.. Atualmente, a garagem de viaturas do Quartel de Bombeiros de Araras não possui um sistema adequado de fechamento da edificação, o que compromete a segurança das viaturas, da edificação e a organização do local. Além disso, a falta de um fechamento eficiente expõe os veículos a riscos de danos causados por intempéries, vandalismo e furtos. A instalação de portas rolo permitirá o fechamento rápido e seguro.
- 4.2. O objeto desta contratação caracteriza-se como serviço comum de engenharia, visto que envolve atividades padronizadas de instalação mecânica, fixação estrutural e motorização de portas de rolo automatizadas, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 4.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem ou serviço de luxo, conforme Decreto Municipal nº 7.201, de 30 de Março de 2023, visa apenas agregar segurança às instalações e preservação do patrimônio público.

5. CRITÉRIOS DE ACETABILIDADE

- 5.1. A aceitabilidade da aquisição se dará após verificação técnica do Corpo de Bombeiros de Araras como base na experiência do fornecedor.

6. MODALIDADE

- 6.1. O objeto da contratação está previsto no Artigo 28 em consonância com parágrafo único do artigo 29 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, serviços comum.

7. TIPO DE PROJETO

- 7.1. Termo de Referência.

8. VIGÊNCIA

- 8.1. A vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, a partir da emissão da Autorização de Fornecimento, prazo este considerado suficiente para a execução, acompanhamento e recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo do prazo de garantia técnica do serviço e dos equipamentos, que subsistirá autonomamente após o encerramento

9.2 do contrato, de previsto para realização do Serviço.

8.1.1. O encerramento da vigência contratual não exime a Contratada da responsabilidade civil e legal pelos serviços executados.

9.2.2. 2ª à 4ª semanas – Fabricação e Instalação da 1ª (primeira) porta de enrolar e

9. EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Condição de execução do Objeto.

9.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

9.1.2. Início da execução do objeto 03 dias da emissão da Autorização de fornecimento.

9.1.3. A execução do serviço de instalação das portas de enrolar automatizadas será feita por etapas. Essa dinâmica é necessária para garantir que as viaturas possam continuar saindo para atender ocorrências, minimizando qualquer impacto nos serviços. Dessa forma, não haverá prejuízo no atendimento, e a instalação ocorrerá de forma mais eficiente.

9.2. Cronograma de previsto para realização do Serviço.

9.2.1. 1ª semana- Após emissão da Autorização de Fornecimento, contato com a empresa responsável pela fabricação e solicitação do pedido, visita técnica ao local.

9.2.2. 2ª à 4ª semanas – Fabricação e Instalação da 1ª (primeira) porta de enrolar e adequação da rede elétrica e automatização (instalação do motor elétrico) de todos as portas 1ª etapa.

9.2.3. 5ª à 7ª semanas – Fabricação e Instalação da 2ª (segunda) porta de enrolar e automatização (instalação do motor elétrico) 2ª etapa.

9.2.4. 8ª e 11ª semanas - Fabricação e Instalação da 3ª (segunda) porta de enrolar e automatização, e portão social, para automatização (instalação do motor elétrico), testes de subida/descida, regulação de fim de curso dos motores, ajustes de alinhamento e lubrificação, limpeza da obra, entrega técnica ao cliente (demonstração de uso) última etapa.

9.2.5. A datas apresentadas no cronograma é estimado, estão sujeitas a modificações, adequações com base na evolução das entregas e validações ao longo do projeto.

9.2.6. Local da instalação, Avenida Dona Renata n º4.555 Jardim Belvedere Araras/SP.

9.2.7. O Início da confecção e Instalação se dará a partir da emissão da Autorização de Fornecimento.

10. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

10.1. Das portas:

10.1.1 Instalação 1(uma) porta automática de enrolar nas medidas 9,790 metros (largura) x 3,800 de (altura), mais o rolo;

10.1.2 Instalação 1 (uma) porta automática de enrolar nas medidas 6,710 metros (largura) x 3,800 de (altura), mais o rolo;

10.1.3 Instalação 1 (uma) porta automática de enrolar nas medidas 6,680 metros (largura) x 3,800 de (altura), mais o rolo e Instalação 1 Portão social medindo 1,050



10.2 metros (largura) x 2,100 metros (altura);

10.1.4 Confeccionada em chapa 22 (0,85mm) de aço tipo meia cana galvanizado transvision, soleira reforçada metalon 60x60, com guias laterais em chapa 14 galvanizada 2,00mm, soleira galvanizada com reforço de tubo 60x60, acabamento com pintura eletrostática na cor vermelha padrão bombeiro.

10.1.5 Devido à larguras dos vãos e abertura no fundo do prédio, deverá possuir reforço para preservação do material durante rajadas de vento.

10.2. Os padrões de cor e respectivos códigos aceitos pelo Corpo de Bombeiros deverão ser os seguintes:

10.2.1 Vermelho candy apple red, código para referência, em poliuretano, fabricante PPG, 1052 PE 11052060;

10.2.2 Vermelho bonanza GM 1980, código para referência, em poliuretano, fabricante PPG 11.11 PE 15510-55510;

10.2.3 Vermelho alpine, código para referência, em poliuretano, fabricante BASF, MS 691125;

11.2. Chapas teste laterais com rolamento.

10.2.4 Vermelho bari, código para referência, em poliuretano, fabricante DUPONT, M 3023;

10.2.5 Vermelho pepper, código para referência, em poliuretano, fabricante PPG 4154;

10.2.6 Vermelho tornado, código para referência, em poliuretano PPG LY3D;

10.2.7 Vermelho cherry red, código para referência, em poliuretano, fabricante GLASURIT, SAA 6030;

10.2.8 Vermelho ruby red, "Vermelho bombeiro", código para referência RAL 3003. (imagem ilustrativa em anexo).

11. Do sistema de automatização dos portões:

11.1. 01 Kit automatizador AC 800Kgf e 02 kit AC 600 Kgf (baixo fluxo) -220v bifásico – freio eletromecânico, mínimo exigido.

11.2. Chapas teste laterais com rolamento.

11.3. Redutor de velocidade.

11.4. Limitador para automação superior e inferior- fim de curso mecânico.

11.5. Sistema de liberação para funcionar manualmente em caso de falha de energia correntes.

11.6. Acionamento por botoeiras 3 (três) botões

11.7. Kit central com 3 (três) controles remotos.

11.8. A sistema de automatização dos portões envolve a integração com a ligação na rede elétrica predial, o fornecimento de todos os materiais como, tomadas, fiação, condutos ou calhas elétricas entre outros, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para automatização.

12. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO E EQUIPAMENTOS

12.1. Do Prazo de Garantia

12.1.1. A contratada garantirá a perfeita execução dos serviços e o pleno funcionamento da porta de enrolar pelo prazo mínimo de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de do

12.1.2. Recebimento Definitivo do objeto.

12.1.2. O prazo estabelecido no subitem anterior engloba a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor e a garantia contratual complementar, cobrindo todo e qualquer vício de qualidade, defeito de fabricação dos componentes (motor, eixos, lâminas, centrais e controles) ou falha de instalação.

12.1.3. A Fiscalização do Serviço será acompanhada por um integrante do Corpo de Bombeiros designado, que atestará o cumprimento das exigências técnicas e funcionais.

12.2. Da Justificativa Técnica

12.2.1. O prazo de garantia estendido de 12 (doze) meses justifica-se pela natureza da atividade do Corpo de Bombeiros, que demanda regime de **operação ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana)** e elevado fluxo de abertura e fechamento para o despacho emergencial de viaturas, exigindo máxima confiabilidade e pronta resposta mecânica e eletrônica do equipamento.

12.2.2. Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar a manutenção corretiva do equipamento sem qualquer ônus financeiro adicional para a Administração (incluindo mão de obra, deslocamento, peças de reposição e insumos).

12.2.3. Ficam excluídos da garantia os danos decorrentes de vandalismo, colisões provocadas por terceiros, intempéries climáticas extraordinárias de natureza catastrófica ou uso inadequado e em desacordo com o manual de operação fornecido pela CONTRATADA no ato da entrega.

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

13.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

13.2. Regime de execução

13.2.1. O regime de execução do contrato será por preço global.

13.3. Exigências de habilitação



13.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.4. **Habilitação jurídica**

13.4.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

13.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.4.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de

13.4.6 Microempreendedor

Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no

sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.4.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.4.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

13.4.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

13.4.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.5. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

13.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de



certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751 de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, distrital ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.5.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual, distrital ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.5.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

13.6. Qualificação Econômico-Financeira

13.6.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

13.6.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

13.6.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

13.7. Qualificação Técnica

13.7.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das

condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

13.7.2.4. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

13.7.3.5. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

13.7.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

13.7.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

13.7.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

13.7.3.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

13.7.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

13.7.3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

13.7.3.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

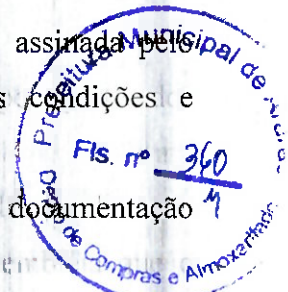
14. ESTIMATIVA DE CUSTO

14.1. A estimativa de preço teve como utilização os seguintes parâmetros, de forma combinada para fins de determinação do preço estimado:

14.2. Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente de **contratações similares** extraídos do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no I do artigo 51 do Decreto Municipal nº 7.201, de 30 de Março de 2023;

14.3. **Pesquisa direta com 03 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação.

14.4. O custo estimado para contratação do objeto é o menor valor por unidade em m² de Instalação.



15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da aquisição correrão por conta das dotações consignadas no orçamento do Fundo Especial de Bombeiros (FEBOM), relativo ao exercício financeiro do ano de 2026, ficha 60 3.3.90.39.00.00.00.00 0017 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.



16. PRAZO DE PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, em estrita consonância com os itens 4.5 (b) e 11.1 da minuta de Edital.

PAULO CESAR OLIVATO JUNIOR
1º Tenente Comandante do Pelotão de Araras

Lista de Anexos

Anexo I: Imagens Ilustrativas da fachada entrada de viaturas

WASHINGTON NORBERTO SILVA
Subtenente PM Elaborador

PAULO CESAR OLIVATO JUNIOR
1º Tenente Comandante do Pelotão de Araras